



# HISTÓRIA MILITAR LUSO-BRASILEIRA — DO MILAGRE QUE NÃO FOI, AOS LAÇOS A ESTREITAR

Carlos Bessa

---

Extraído das Separatas das Atas do II Colóquio "Panoramas e Perspectivas Atuais da História Militar em Portugal", a matéria percorre, em rápidas passadas, a História Militar Luso-Brasileira e propõe um estreitamento das relações entre historiadores militares do Brasil e de Portugal, dentro da visão do incremento efetivo de uma comunidade Luso-Brasileira.

---

**A** História do Brasil, do "achamento", a 22 de abril de 1500, à Independência, a 7 de setembro de 1822, é literalmente assombrosa.

Mas milagre não foi. Se a condicionaram acasos da fortuna, muito mais do que de destino providenciais, ela resultou da conjugação de vontades de pessoas de diferentes raças e cores convergindo, deliberada ou fortuitamente, no erguer de uma realização de sobrehumana dimensão.

Com raro gênio, os portugueses fundiram essas vontades para, em conjunto, se defenderem das ameaças de incursões estrangeiras, desbravarem sertões, traçarem fronteiras com notável visão estratégica, arrancarem do solo e subsolo incontáveis riquezas, erguerem obras materiais de impressionante vulto, fazerem muita cristandade, implantarem entre tantas falas uma língua comum, liame decisivo da integridade da nova nação-continente, em particular,

no momento crítico de sua independência, e criarem um modo de estar e conviver tão paradigmático que Gilberto Freire, ao defini-lo, lhe conferiu o nome próprio de luso-tropicalismo.

Não sendo milagre, menos o cometimento pode ser considerado fruto da opressão violenta de um colonizador brutal. Basta atentar em que o povo português, ao chegar à Terra de Vera Cruz, pouco excedia o milhão de habitantes, lutava contra forte crise financeira e empenhava-se absorventemente na gigantesca e pioneira empresa da Índia.

Além disso, durante a história luso-brasileira, só relativamente escassos meios militares foram enviados do Reino, tomando inviável, portanto, impor, desse modo, o domínio do colonizador, a constituir nesse sentido. Aliás, Afonso Arinos de Melo Franco afirmou há uma hora dezenas de anos que quem quisesse colocar a questão exclusivamente nos quadros da luta de classes errava fundamentalmente por excesso de simplificação, por enfatismo esquemático e, sobretudo, por desconhecimento das verdadeiras condições da formação brasileira, em particular nos séculos XVI e XVII, em que é impossível identificar, no Brasil, classes com o sentido marxista do termo.

A persistência de tal erro e injustiça acerca da monumental obra luso-brasileira da construção do Brasil afigura-se altamente lesiva dos interesses nacionais desse país e do nosso. A história militar,

além de outras vias, permite desmentir que ela possa ter resultado, acima de tudo, do antagonismo entre o colonizador e os colonizados, o senhor e o escravo, o explorador e o explorado, ou entre brancos e pardos, negros e mestiços de múltiplos tipos de cruzamentos.

No escasso espaço disponível, tentaremos comprovar, com exemplos, a afirmação.

Durante o meio século luso-brasileiro inicial, só em 1549 chegaram algumas tropas do Reino — uns escassos 320 homens — com Tomé de Sousa, O primeiro governador geral. E no entanto, talvez até por isso, esse período tornou-se decisivo, apesar de raramente recordado com o merecido relevo.

As suas principais figuras não foram, nem heróis militares, nem santos, mas alguns náufragos, degredados e judeus que, deixados pelas armadas, conseguiram sobreviver, no dizer do historiador brasileiro Sérgio Buarque de Holanda, *por estarem em melhores condições para ajudar a desbravar a terra inculta do que gente mais mimosa tolhida por escrúpulos e finezas civilizadas*.

Encontrados sem armas de defesa em meio agreste e hostil, alguns sobreviveram e venceram, à custa de proflero amor compartilhados com as índias. Assim começou a aventura da miscigenação, de relevante transcendência, geradora de nova realidade sociológica, fruto desses amores, o mameluco. Ele

veio constituir o alicerce principal da colonização do Brasil por suprir em parte a escassez de forças militares, facilitar o desbravar dos sertões, conter a animosidade dos íncolas e refrear os choques de instintos ferozes e violentos.

Apoiados neles, três núcleos iniciais de povoamento surgiram ao longo da extensa costa, em Pernambuco, na Baía de Todos os Santos, em torno de Diogo Álvares, o Caramuru, e em S. Vicente, o mais numeroso de todos, em torno de João Ramalho, Antônio Rodrigues e o estranho Bacharel de Cananéia. Tão significativo é o seu papel que Pedro Calmon designou por "Patriarcas" esses povoadores.

Do ponto de vista econômico, a coroa portuguesa limitou-se, de começo, a conceder direitos de comércio por arrendamento do pau-brasil, por não dispor de meios para o fazer diretamente. O principal concessionário foi o cristão-novo Fernão Noronha.

Logo surgiu o curso de franceses e espanhóis atraídos pelas riquezas brasileiras e, para lhes fazer face, criaram-se as capitânicas do mar, armadas saídas do Reino de 2 em 2 anos.

Em 1530, para início da colonização organizada, seguiu, de Lisboa, Martim Afonso de Sousa com uma esquadra. Ao chegar à Bahia pôde contar com o valioso apoio de Diogo Álvares, ali vivendo havia 22 anos, pai de várias filhas, *belas e alvas mulheres que não invejariam as da Rua Nova de Lisboa*, no dizer de Pedro Lopes de Sousa. Em

S. Vicente, ergueu uma vila com a ajuda de Antônio Rodrigues, instalando, quer o "engenho do governador", ponto de partida do novo ciclo econômico da cultura do açúcar, quer a primeira obra fortificada, algo precária e tosca, o Forte de S. Tiago. Com o apoio de João Ramalho estendeu a influência ao planalto de Piratininga.

D. João III, alarmado pelo agravamento do curso francês e continuando sem meios financeiros, decidiu conceder donataria, entre 1534 e 1536. Foram bem-sucedidas as de Pernambuco, a Nova Lusitânia, de Duarte Coelho, e de S. Vicente. O individualismo e falta de entreatura dos donatários motivou a já mencionada nomeação de Tomé de Sousa como governador-geral. Acompanhavam-no seis jesuítas, cujo papel se mostrou da maior relevância, quer na catequese dos naturais, quer no ensino da língua portuguesa, quer na moderação de conflitos e violências entre os colonos e os índios. Do ponto de vista militar, manteve grande desproteção das costas, o que incitou o almirante francês Villegagnon a ocupar o Rio de Janeiro, visando a criar a França Antártica. Só em 1567, o governador Mem de Sá pôde expulsá-lo, à custa de tropas do Reino e ainda do auxílio de forças vindas de S. Vicente e da ação dos jesuítas contrários aos calvinistas franceses, empenhados por essa razão em desfazer a unidade do apoio a este dado pelos tamoios.

Nos meados do século XVI, começou a ser trazido, da África, o negro escla-

vizado, de modo controlado mas crescente. O seu aproveitamento na agricultura acarretou importantes conseqüências, não apenas econômicas, mas sobretudo sociais.

O infortúnio para Portugal da perda da independência, em 1580, curiosamente, trouxe consideráveis vantagens ao Brasil.

É certo que este passou a ser alvo de ataques dos inimigos da Espanha, os holandeses e os ingleses, e a ajuda militar recebida não compensou os maléficos sofridos.

Uma das vantagens resultou do elevado afluxo de portugueses vindo do Reino, para não sofrerem tão diretamente a sujeição (Rocha Pombo calculou que nos vinte anos, de 1580 até 1600, o seu número quadruplicou no Brasil). A outra decorreu da união das duas coroas, que permitiu a reinvidicação dos lusobrasileiros, advogando não fazer sentido, por isso, manter os limites fixados no Tratado de Tordesilhas, afim de, após o seu derrube, se laçarem na expansão e concretizarem o empurrar das fronteiras muito para ocidente.

Isso foi conseguido por meio das *bandeiras*, colunas de índole militar de recrutamento local e misto de brancos, mestiços, alguns negros e, sobretudo, índios particularmente aptos para atuarem no sertão por tempo prolongado, todos sujeitos a uma disciplina duríssima. A sua ação foi extraordinária a tantos títulos, que Jaime Cortesão a comparou aos descobrimentos.

Dessa expansão, as bases foram São Paulo, ao sul, e Pernambuco, ao norte e no final do período filipino, ela atingiu, respectivamente, os Rios Paraguai, Uruguai e Paraná e o Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão e Amazônia, após a célebre expedição de Pedro Teixeira.

Ao longo do período, avultou a tentativa holandesa da Companhia das Índias Ocidentais, criada em 1621, de se instalar no Brasil, estimulada pelas suas deficientes condições de defesa e atraída pelas suas riquezas.

Em 1624 uma armada holandesa ocupou e saqueou a Bahia, provocando uma emoção tão forte em Portugal e na Espanha que, no ano seguinte, se organizou uma armada de portugueses, espanhóis e napolitanos e, em conseqüência, se efetuou a reconquista da cidade.

Em 1630 os holandeses conquistaram Pernambuco; em 1637, ali desembarcou Maurício de Nassau, com avultados meios. Em 1638 tentou conquistar a Bahia, sem sucesso. O fracasso foi de extraordinária importância, pois a manutenção da capital em mãos lusobrasileiras permitiu a esta vir, depois, a desempenhar plenamente o seu papel coordenador dos esforços para a reconquista de Pernambuco, consumada já após proclamada a Restauração.

A D. João IV faltavam meios militares para apoiar a operação.

Em 1644 deu-se a reconquista do Pará e do Ceará e, simultaneamente, a

Companhia das Índias retirou o apoio ao projeto de Maurício de Nassau da criação Nova Holanda, cujo êxito, a dar-se, teria desfeito a unidade brasileira. Em 1645 os holandeses sofreram a derrota de Tabocas, à qual se seguiram, em 1648 e 1649, as de Guararapes, devidas, em síntese, à bravura, bom aproveitamento do terreno e adaptação ao meio dos combatentes luso-brasileiros, estimulados pela reconquista de Angola em 1648. Elas ficaram a dever-se, além disso, ao bom entendimento conseguido entre as tropas *reinois* de Francisco Barreto, dos *ilhéus* de Fernandes Vieira, dos *índios* de João Filipe Camarão, dos *negros* de Henrique Dias, dos *mamelucos* e dos mestiços de todos os matizes. Essas vitórias já prenunciavam a emergência da nacionalidade brasileira e as milícias de Fernandes Vieira e as companhias de emboscadas da Bahia apresentaram-se como precursoras das forças armadas do Brasil independente.

Em 1695 iniciou-se no Brasil o ciclo do ouro, com a sua descoberta em Ouro Preto, e em 1729 apareceram os primeiros diamantes em Cerro Frio.

No século XVIII, foi tentado levar a fronteira meridional ao limite natural do Rio da Prata. Em 1680 instalava-se a colônia do Sacramento frente a Buenos Aires, mas em posição mal-escolhida, por indefensável sem apoio de uma esquadra. Por outro lado, os espanhóis dificilmente aceitariam a situação, pelos

prejuízos para o seu comércio que, na realidade, os levaram a sempre contrariarem a sua existência.

Só em 1750 Alexandre de Gusmão, o hábil negociador do Tratado de Madri, conseguiu a consagração do princípio do *uti possidetis*, muito favorável para Portugal, por se revogarem definitivamente, com base neles, os limites de Tordesilhas e se reviram reconhecidos os nossos direitos até ao Rio Grande do Sul e às áreas de Cuiabá, Goiás e Amazonas. A Colônia do Sacramento foi entregue pelos portugueses, que, em troca, recebiam os Sete Povos das Missões. Assim se levaram os limites do Brasil até ao Rio Uruguai. Os índios dessa região, porém, não aceitaram a transferência para terras de domínio espanhol, uma das causas de a questão se manter em aberto longo tempo, com vantagens alternantes dos antagonistas.

Em 1769 o Tenente-General Böhm chegou ao Rio para dirimir a questão, com três regimentos do Reino — os de Moura, de Estremoz e de Bragança, 2 companhias de cavalaria e o trem de artilharia. Em 1776 o mesmo assumiu o comando-geral das operações em Santa Catarina. A Inglaterra retirou-lhe o apoio da esquadra. O espanhol D. Pedro de Cevallos passou à ofensiva e conseguiu, em virtude disso, destruir a Colônia do Sacramento.

O Tratado de Santo Ildefonso, em 1777, motivado pela queda de Pombal, veio dissipar a possibilidade de a Espanha prosseguir a ofensiva e arre-

nela se congregarão todas as instituições, públicas ou privadas, civis ou militares, que a possam servir e, além disso, exigirá cooperação e coordenação entre historiadores dos dois países, até por, como deste encontro ressaltou, a documentação fundamental para o estudo da História luso-brasileira se encontrar dividida entre os arquivos de ambos os países, o que a muitos dificulta, ou impede mesmo totalmente, o acesso a fontes de investigação essenciais. Oportuno será referir a contribuição que, em semelhante quadro, se dispõem a dar as empreendedoras, patrióticas e prestigiadas Associações da Comunidade Portuguesa do Brasil, a qual não deverá ser menosprezada de modo algum para êxito do empreendimento.

A esse respeito será lícito recordar com mágoa o lamentável retrocesso havido em relação à proveitosa e efetua colaboração mantida nessa matéria, faz cerca de cinquenta anos, entre historiadores brasileiros e portugueses, com tão notáveis e concretos resultados e proveitos mútuos.

Eis porque a este Encontro se trouxe o tema apresentado, e nele se deixa público apelo no sentido de não se perder tempo e, em passada larga, sobre consistentes planos, se encetar a caminhada, a nosso ver amplamente benéfica para o Brasil e para Portugal e, naturalmente, até para a próxima comunidade mundial.

## BIBLIOGRAFIA

- BARRETO, Aníbal; *Fortificações do Brasil*, Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 1958.
- BARROSO, Gustavo; *História Militar do Brasil*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1938.
- BRESSA, Carlos; *Rasgando os Sertões Brasileiros. O começo da aventura*, Revista Militar, Lisboa, 1984; *Fronteiras do Brasil. Presente realidade geopolítica e contribuição portuguesa*, em *Anais*, II série, volume 32, tomo I, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1989; *A Restauração de Portugal e o desmoronar da Nova Holanda. Alvorada do Brasil*, Revista Militar, Lisboa, 1988; *e El cinturón de fortalezas do Brasil*, em *Ibero-américa, uma comunidade*, Volume I, Ediciones de Cultura Hispánica, Madrid, 1989.
- CALMON, Pedro; *História do Brasil*, 3ª Edição, Volumes I a IV, José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1961; e *História da Civilização Brasileira*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1937.
- CORTESÃO, Jaime; *História de Portugal*, Volumes IV a VI, Portucalense Editora, Barcelos, 1932 e 1933.
- CUNHA, Euclides; *Os Sertões*, Edições Livros do Brasil, Lisboa sem data.
- DIAS, Carlos Malheiros; *História da Colonização portuguesa do Brasil*, 3 volumes, Liografia Nacional, Porto, 1921, 1922 e 1923.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo; *Conceito de civilização brasileira*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1936.
- FREYRE, Gilberto; *Interpretação do Brasil*, Edições Livros do Brasil, Lisboa, 1962; *Casa Grande e Senzala*, idem, 1957; e *o Luso e o Trópico*, Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Lisboa, 1961.

- HOLANDA, Sérgio Buarque de; *História Geral da Civilização Brasileira* (Tomos 1 e 2), A Época Colonial (Tomo 3), *O Brasil Monárquico*, Difel, São Paulo, 1985.
- LIMA, Nestor dos Santos; *A Terceira América*, Livraria Freitas Bastos, Rio de Janeiro, 1967.
- MACEDO, Jorge Borges de; *História Diplomática Portuguesa, constantes e linhas de força*, Instituto de Defesa Nacional, Lisboa, 1987.
- MAGALHÃES, J.B.; *A compreensão da unidade do Brasil*, Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 1956; e *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1935.
- MENDONÇA, Renato; *Frenteira em marcha*, Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 1956.
- MENEZES, José Luís Mota de; e RODRIGUES, Maria do Rosário Rosa, *Fortificações Portuguesas do Nordeste do Brasil* (séculos XVI, XVII e XVIII), Prol Editora, Recife, 1986.
- MOURA, Carlos Francisco de; *A contribuição naval à formação territorial do Extremo Oeste*, Rio de Janeiro, 1986.
- NEMÉSIO, Vitorino; *O Campo de São Paulo*, 2ª Edição, Comissão do IV Centenário da Fundação de São Paulo, Lisboa, 1954.
- NORONHA, Antônio Henrique Osório de; *Fortificações construídas pelos portugueses no Brasil*, Fundação Cultural Brasil Portugal, 1982.
- RODRIGUES, José Honório; *História da História do Brasil*, Campanha Editora Nacional, São Paulo, 1979.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo; *O Rio de Janeiro no Séc. XVII*, 2 volumes, Comissão Nacional das Comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro, Lisboa, 1965; *História de Portugal*, Volumes III a II, Editorial Verbo, Lisboa, 1978, 1979, 1980, 1982 e 1984; e *Historiografia y archivos de Portugal y Brasil, em Iberoamérica, uma comunidade*, volume II, Ediciones de Cultura Hispánica, Madrid, 1989.
- SOARES, João Carlos Macedo; *Frenteiras do Brasil*, José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1939.
- SOUSA, Gabriel Soares de; *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, comentado por Francisco Adolfo Varnhagem, Companhia Editora Nacional, Rio de Janeiro, 1938.
- TAVARES, A. de Lyra; *A engenharia militar portuguesa na construção do Brasil*, Serviço de Publicações do Estado-Maior do Exército, Lisboa, 1965.
- VIANNA, Hêlio; *História do Brasil*, Edições Melhoramentos, São Paulo, 1961.



**CARLOS BESSA** — Coronel da reserva do Exército Português. Possui os cursos de Estado-Maior de sua Força e os cursos de Ciência e Engenharia da Universidade do Porto. Autor de diversos artigos sobre História e Geopolítica do Brasil, é sócio da Revista Militar (o mais antigo periódico militar do mundo) e da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, acadêmico titular da Academia Portuguesa de História, sócio-correspondente da Academia de Ciências de Lisboa, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Sociedade Brasileira de Geografia e do Instituto do Centenário do Brasil, acadêmico correspondente da Real Academia de La Historia de Espanha e membro da Comissão Portuguesa de História Militar.